

EMENDA REGIMENTAL Nº 04, DE 09 DE JULHO DE 2014

DISPONIBILIZADA NO DJE DE 14 DE JULHO DE 2014.

Altera o artigo 260 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em sessão plenária realizada aos nove dias do mês de julho do ano em curso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. O artigo 260 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 260 – Concedido o habeas corpus, a Secretaria do respectivo Órgão fracionário expedirá, no prazo máximo de 14 (quatorze) horas, o respectivo Alvará de Soltura, encaminhando-o, imediatamente, para verificação e autenticação do respectivo Desembargador Relator, sem prejuízo da remessa de cópia da decisão concessiva ao juízo de primeiro grau.

§ 1º – O Alvará de Soltura deverá ser cumprido no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir da publicação da decisão monocrática ou da proclamação do acórdão concessivos de habeas corpus.

§ 2º - Na hipótese de anulação do processo, a ordem será imediatamente comunicada pelo Desembargador Relator ao Juízo do processo, devendo o magistrado aguardar o recebimento da cópia do acórdão, para efeito de renovação dos atos processuais.

§ 3º - Poderá ser conferida força de Alvará de Soltura ao Acórdão ou Decisão Monocrática, devendo constar na ordem concessiva, obrigatoriamente, os seguintes dados:

I - a qualificação completa do beneficiário do Ordem (nome, alcunha, filiação, naturalidade, estado civil, data de nascimento, a profissão, o endereço da residência ou do trabalho, número do CPF e do RG);

II - número do processo de origem e autoridade à disposição de quem se encontra o beneficiário da Ordem;

III - a cláusula ‘salvo se estiver preso(a) em flagrante por outro crime ou houver mandado de prisão expedido em seu desfavor, após consulta ao Sistema de Informação Criminal do respectivo Tribunal e ao Sistema Nacional.’”

Art. 2º. Esta emenda entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala de sessões, em 09 de julho de 2014.

Des. ESERVAL ROCHA
Presidente

EMENDA REGIMENTAL Nº 01, DE 15 DE JANEIRO DE 2014

Altera o artigo 89 , caput e incisos II, III, IV, V, X, XXXIX, bem como artigo 90, incisos II, IV, V e VI do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em sessão plenária realizada aos quinze dias do mês de janeiro do ano em curso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam alterados os artigos 89 , caput e incisos e II, III, IV, V, X, XXXIII e XXXIX, e os incisos II, IV, V e VI do art. 90, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, que passam a vigor com a seguinte redação:

?Art. 89 - Ao Corregedor Geral, além da correição, inspeção e fiscalização permanentes do serviço judiciário e dos atos dos Juízes e Servidores das Comarcas de Entrância Final e da sua Secretaria, compete:

(...)

II - realizar correições parciais e extraordinárias, bem como inspeções nas Comarcas de Entrância Final, quando entender necessárias ou quando determinadas pelo Tribunal Pleno ou pelo Conselho da Magistratura;

III - superintender e presidir, no primeiro grau, a distribuição dos feitos nas Comarcas de Entrância Final, podendo delegar tais atribuições a Juiz de Direito auxiliar ou ao Juiz Diretor do Fórum da respectiva Comarca;

IV - conhecer de representação contra Servidores das Comarcas de Entrância Final, inclusive os lotados nos Juizados Especiais e demais Órgãos integrantes dos serviços auxiliares da Secretaria do Tribunal de Justiça;

V - praticar todos os atos relativos à posse, matrícula, concessão de férias e licença e consequente substituição dos Servidores da Secretaria da Corregedoria e dos Servidores das Comarcas de Entrância Final;

(...)

X - instaurar, ex officio, processo de aposentadoria por invalidez ou implemento de idade contra Servidores lotados nas Comarcas de Entrância Final;

(...)

XXXIX ? solicitar, excepcionalmente, ao Tribunal Pleno a designação de Juízes, sem prejuízo de suas funções judicantes, para auxiliá-lo, em situações concretas, nas diligências a que tiver de proceder nas Comarcas de Entrância Final;

Art. 90 - Compete ao Corregedor das Comarcas do Interior:

(...)

II - exercer as atividades próprias do Corregedor Geral da Justiça, restringindo-se a sua competência aos Juízes e Servidores lotados nas Comarcas de Entrância Inicial e Intermediária;

(...)

IV - dirigir-se a qualquer Comarca ou Distrito Judiciário de Comarca de Entrância Inicial ou Intermediária, onde a regularização do serviço da Justiça reclame sua presença;

V - visitar, anualmente, pelo menos, 50 (cinquenta) Comarcas do Interior do Estado, sob sua competência, em correição geral ordinária, sem prejuízo das correições extraordinárias, gerais ou parciais, que entenda fazer ou haja de realizar por deliberação do Conselho da Magistratura ou do Tribunal Pleno;

VI ? solicitar, excepcionalmente, ao Tribunal Pleno, a designação de Juízes, sem prejuízo de suas funções judicantes, para auxiliá-lo, em situações concretas, nas diligências a que tiver de proceder nas Comarcas do Interior sob sua competência;?

Art. 2º. Os procedimentos administrativos em curso referentes às Comarcas de Entrância Final passarão automaticamente à esfera de competência da Corregedoria Geral.

Art. 3º - Esta Emenda Regimental entra em vigor na data da sua publicação.

Sala de sessões, em 15 de janeiro de 2014.

ESERVAL ROCHA
Presidente em Exercício

EMENDA REGIMENTAL Nº 01, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2013

DISPONIBILIZADA NO DJE DE 7 DE AGOSTO DE 2013.

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em sessão plenária realizada aos vinte dias do mês de fevereiro do ano em curso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º – Fica alterado o art. 17, caput e parágrafo único, do art. 17, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, que passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 17. Na ocorrência de vaga, o Presidente do Tribunal publicará edital, pelo prazo de 5 (cinco) dias, para que os Desembargadores interessados requeiram transferência para o lugar vago, devendo ser transferido o mais antigo.

§ 1º Em caso de permuta, os Desembargadores submeterão seu pedido ao Tribunal Pleno para apreciação na primeira sessão subsequente.

§ 2º Efetuada a transferência prevista no caput ou aprovada a permuta referida no § 1º, o Desembargador assumirá o acervo processual existente no órgão de destino na respectiva vaga, permanecendo vinculado, no órgão de origem, apenas, aos processos em que tenha lançado relatório ou pedido dia para julgamento, na qualidade de Revisor, bem como nas ações originárias cuja instrução esteja concluída.

§ 3º Contabilizados os processos referidos no § 2º, haverá distribuição exclusiva ao Desembargador no novo órgão, até que seja atingido o número de processos que estavam sob sua direção no órgão de origem.

§ 4º Em caso de distribuição suplementar na nova atividade, o quantitativo de processos deve atingir o número anterior num prazo máximo de nove meses.”

Art. 2º - Esta Emenda Regimental entra em vigor na data da sua publicação.

Sala de sessões, em 20 de fevereiro de 2013.

MÁRIO ALBERTO SIMÕES HIRS
Presidente

EMENDA REGIMENTAL Nº 02, DE 16 DE MAIO DE 2012

DISPONIBILIZADA NO DJE DE 24 DE MAIO DE 2012

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em sessão plenária realizada aos dezesseis dias do mês de maio do ano em curso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º O art. 200, caput, da Resolução nº. 13/2008 , que instituiu o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 200 - Nas Câmaras, o quorum de funcionamento será sempre de 2/3 (dois terços) dos Desembargadores.”

Art. 2º Esta Emenda Regimental entra em vigor na data da sua publicação.

Sala de sessões, em 16 de maio de 2012.

MÁRIO ALBERTO SIMÕES HIRS
Presidente

Des. ESERVAL ROCHA - 1º Vice-Presidente

EMENDA REGIMENTAL Nº 01, DE 18 DE ABRIL DE 2012

DISPONIBILIZADA NO DJE DE 25 DE ABRIL DE 2012.

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em sessão plenária realizada aos dezoito dias do mês de abril do ano em curso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º O artigo 172, caput, da Resolução nº. 13/2008 , que instituiu o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, passa a vigorar com a seguinte redação.

“Art. 172 - Salvo as exceções previstas no art. 163, II, os feitos serão julgados mediante inclusão em pauta, devendo mediar, entre a data da sessão de julgamento e a da publicação daquela, pelo menos 48 (quarenta e oito horas).”

Art. 2º Esta Emenda Regimental entra em vigor na data da sua publicação.

Sala de sessões, em 18 de abril de 2012.

MÁRIO ALBERTO SIMÕES HIRS
Presidente